



Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A.

(CNPJ: 52.270.350/0001-71)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas acompanhadas do relatório
do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	11
Balancos Patrimoniais	17
Demonstrações do Resultado	19
Demonstrações do Resultado Abrangente	20
Demonstrações da Mutação do Patrim�nio Líquido	21
Demonstrações do Fluxo de Caixa – método indireto	22
Demonstrações do Valor Adicionado	23
Notas explicativas da Administração �s Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas	24



Relatório da Administração

Dezembro 2025

Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S/A

Disposições Gerais

31 de março de 2026: A Cia. Brasileira de Serviços Financeiros (“CBSF” ou “Companhia”), companhia aberta, listada sob o ticker ADMF3 no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), divulga hoje suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Mensagem da Administração

O encerramento do exercício de 2025 foi marcado pela transformação institucional da Companhia, nossa prioridade estratégica neste quarto trimestre foi assegurar uma transição de controle que preservasse o capital intelectual e a continuidade operacional. Conduzimos a migração de processos sob os mais elevados padrões de integridade, garantindo o pleno alinhamento às diretrizes dos órgãos reguladores.

Nesse contexto, a Administração atuou de forma diligente e responsável na apuração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os ajustes contábeis e a revisão de provisões realizados no encerramento do exercício foram medidas de reorganização. Eles refletem o fortalecimento dos nossos mecanismos de compliance e controles internos. Entregamos ao novo controlador uma estrutura transparente, auditável e segregada de passivos remanescentes, após endereçarmos integralmente as condições precedentes e mitigarmos contingências.

Com a conclusão bem-sucedida desta etapa, a Companhia inicia 2026 focada na integração definitiva com a **B100**. A apuração das informações financeiras do exercício de 2025 assegura que o processo pós-aquisição ocorra em um ambiente de governança fortalecida. Isso permite que a nova gestão concentre seus esforços na captura de sinergias e no crescimento sustentável, sobre uma base financeira e operacional saneada.

Iniciamos este novo capítulo convictos da nossa resiliência operacional e do capital intelectual de nossas pessoas. O alinhamento estratégico com a B100 nos posiciona de forma única para capturar oportunidades de mercado e acelerar a criação de valor. Reafirmamos nosso compromisso com a transparência e a excelência operacional, confiantes de que a nova fase da Companhia será direcionada pela inovação, pela eficiência e por um crescimento sustentável que beneficiará todos os nossos acionistas. Olhamos para o futuro com entusiasmo, prontos para transformar este novo ciclo em resultados sólidos e duradouros.

Cenário Macroeconômico Nacional

Cenário Inflacionário: Em dezembro de 2025, o IPCA registrou alta de 0,33%, encerrando o ano com um acumulado de 4,26%. Embora o índice tenha se mantido abaixo do teto de tolerância de 4,5%, o resultado reflete uma convergência desafiadora ao centro da meta (3,0%), pressionado especialmente pelo núcleo de serviços e preços administrados. A manutenção da inflação em patamares próximos ao limite superior do intervalo de tolerância exige cautela na precificação de ativos e na projeção de fluxos de caixa. Monitoramos de perto a volatilidade dos ativos indexados ao IPCA, uma vez que a resiliência inflacionária sustenta a necessidade de taxas de juros reais elevadas.

Dinâmica da Atividade Econômica: O PIB brasileiro apresentou crescimento de 2,3% em 2025, com uma expansão marginal de 0,1% no quarto trimestre frente ao período anterior. O arrefecimento da atividade foi marcado pela retração econômica em diversos setores, sinalizando uma exaustão do impulso cíclico sob o efeito da política monetária restritiva. Identificamos que essa perda de vigor na atividade econômica pode influenciar o volume de novas emissões e o apetite por operações de mercado de capitais. Diante desse cenário, mantemos uma postura seletiva na análise de riscos e na originação de novos negócios, priorizando a preservação da liquidez e a solidez das estruturas vigentes.

Condições do Mercado de Trabalho: A taxa de desemprego encerrou o último trimestre de 2025 em 5,1%, atingindo níveis historicamente baixos. Esse aquecimento, acompanhado por uma pressão salarial positiva no segmento formal, garantiu a sustentação da massa salarial real mesmo diante do ciclo de juros altos. A Companhia avalia que, embora o mercado de trabalho aquecido suporte a estabilidade do sistema financeiro, ele impõe desafios estruturais quanto aos custos operacionais de serviços especializados. Monitoramos os reflexos dessa dinâmica na resiliência do crédito e na capacidade de solvência das contrapartes para a segurança das operações sob nossa administração.

Diretrizes de Política Monetária: O Copom manteve a taxa Selic em 15% a.a. em dezembro de 2025, o patamar mais elevado desde 2006, reforçando a estratégia de manutenção de juros restritivos por um período prolongado. Observamos que a manutenção de juros neste patamar eleva a pressão sobre as margens financeiras e sobre o valuation de ativos de renda variável. Para a Companhia, este cenário corrobora a necessidade de uma gestão de riscos de mercado dinâmica, focada na mitigação de descasamentos de taxas e na proteção contra a volatilidade das curvas de juros futuras.

Cenário Internacional e Riscos

Volatilidade em Ativos Reais e Energia: A escalada nos conflitos do Oriente Médio, com o envolvimento direto de potências globais no início de 2026, alterou o patamar de risco dos ativos reais. O impacto imediato nos preços do petróleo e do gás natural cria um efeito cascata nas cadeias de suprimentos globais, elevando custos logísticos e pressionando as metas de inflação. Para nossa gestão, esse cenário exige um acompanhamento rigoroso do *VaR (Value at Risk)* e das estratégias de hedge, dada a maior correlação entre ativos de risco e a volatilidade cambial.

Juros Globais: Os dados inflacionários e os discursos mais rígidos do Fed e BCE nos primeiros meses de 2026 sinalizam que as taxas de juros nas economias centrais devem permanecer em patamares elevados por um período mais extenso do que o precificado ao final de 2025 (“*Higher for Longer*”). Essa manutenção da política monetária restritiva impacta diretamente a liquidez global, elevando o custo de captação e pressionando as margens financeiras (NIM). Mantemos vigilância sobre a reprecificação de ativos e o potencial reflexo nos índices de inadimplência, assegurando uma gestão de caixa prudente frente ao novo cenário.

Fragmentação Geoeconômica e Fluxos de Capital: O ressurgimento de políticas protecionistas e a imposição de novas barreiras tarifárias aceleram o processo de fragmentação do comércio global. Essa reconfiguração força uma reorientação dos fluxos de investimento estrangeiro para jurisdições consideradas mais estáveis ou alinhadas. Essa conjuntura nos leva a reavaliar continuamente os modelos de valuation de ativos expostos ao setor externo e a sensibilidade do fluxo de caixa operacional frente a novas estruturas tarifárias.

Desempenho Operacional

O exercício de 2025 consolidou mudanças estruturais no direcionamento da Companhia, desde o aumento de capital e o reconhecimento de baixas de investimentos, até a recente aquisição. Alinhado à estratégia de alienação do controle acionário, o encerramento do quarto trimestre concentrou a conclusão da reestruturação societária e o saneamento do balanço patrimonial. O resultado anual, com prejuízo de R\$ 465 milhões, reflete majoritariamente ajustes extraordinários de natureza não recorrente, essenciais para a entrega de uma estrutura "limpa" à parte compradora, livre de ativos ou passivos operacionais remanescentes da gestão anterior.

Especificamente no último trimestre, o resultado negativo de R\$ 45,9 milhões decorreu pelo reconhecimento de perdas em contas a receber não transferidas na transação (R\$ 28,1 milhões) e por custos de desmobilização, incluindo R\$ 9,9 milhões em despesas administrativas relacionadas a aluguéis e multas por distratos contratuais. Além disso, o resultado foi pressionado pela reversão de participações cedidas e ajustes na apuração de cotas de investimentos, totalizando R\$ 10,1 milhões.

Por fim, o encerramento do exercício de 2025 marca a **concretização do processo de “drop-down” e a desassociação completa do grupo econômico predecessor**. Com a disponibilidade de caixa e o ativo total reduzidos a patamares nominais de manutenção, a **Companhia atingiu o estágio de prontidão operacional para a sua incorporação definitiva pela adquirente no primeiro trimestre de 2026**, cumprindo as condições precedentes acordadas e eliminando contingências para a nova gestão.

Indicadores Financeiros

Disponibilidade de Caixa	Total de Ativos	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
R\$ 1 mil	R\$ 22 mil	-R\$ 746 mil	-R\$ 465.085 mil
N/A	-99,9%	-617,3%	N/A
2024 vs 2025	2024 vs 2025	2024 vs 2025	2024 vs 2025

Práticas de Equidade Adotadas

Em atendimento ao § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada pela Lei nº 15.177/2025, a Companhia apresenta, a seguir, informações relativas à participação de mulheres em seu quadro funcional e na administração, bem como indicadores remuneratórios por sexo, acompanhados de sua evolução comparativa.

A Companhia adota, em seu Código de Ética e Conduta e em sua estrutura de governança, diretrizes que norteiam sua cultura e suas práticas internas, com ênfase na promoção da equidade, na igualdade de condições e oportunidades, no respeito à diversidade e à individualidade, bem como na adoção de critérios objetivos e meritocráticos.

As informações abaixo referem-se ao grupo econômico da Companhia, em base consolidada. Para fins de comparabilidade, a Companhia considerou, conforme aplicável, a média anual do quadro de colaboradores, da composição dos órgãos de administração e dos indicadores remuneratórios.

Quadro 1 - Composição da Companhia por nível hierárquico

Cargo	2025			2024			Variação total % Mulheres 2025 vs 2024 (p.p.)
	Mulheres	Homens	% Mulheres	Mulheres	Homens	% Mulheres	
Liderança (diretoria não estatutária e gerência)	5	7	41,7%	0	0	0	-
Média liderança (coordenação / supervisão)	4	2	66,7%	0	0	0	-
Demais empregados	44	54	44,9%	0	0	0	-
Aprendizes e estagiários	0	0	-	0	0	0	-
TOTAL	53	63	45,7%	0	0	0	-

Quadro 2 - Composição da Administração

Classificação	2025			2024			Variação total % Mulheres 2025 vs 2024 (p.p.)
	Mulheres	Homens	% Mulheres	Mulheres	Homens	% Mulheres	
Conselho de Administração	0	2	0%	-	-	-	0%
Diretoria Estatutária	0	2	0%	-	-	-	0%
TOTAL	0	4	0%	-	-	-	0%

Quadro 3 - Demonstrativo de Remuneração

Eventuais variações podem decorrer de fatores objetivos, como senioridade, tempo de experiência, qualificações, escopo de responsabilidade e atingimento de metas no período, sem que isso represente, por si só, distinção remuneratória para trabalho de igual valor, observada a legislação aplicável.

Classificação	Média Remuneração Fixa		Média Remuneração Variável		Variação total % Mulheres 2025 vs 2024 (p.p.)
	2025	2024	2025	2024	
Mulheres	R\$ 9.001	0	0	0	-
Homens	R\$ 13.362	0	0	0	-
TOTAL	R\$ 24.388	0	0	0	-

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A. (“Companhia” ou “CIABRASF”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu em prejuízo relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como apresenta patrimônio líquido negativo e capital circulante líquido negativo nessa data. Tais condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade das operações da Companhia está suportada, entre outros fatores, pela expectativa de execução de seu plano estratégico e pelo suporte financeiro de seu acionista controlador. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Continuidade operacional e reorganização societária

Conforme descrito nas notas explicativas nº 1, nº 2 e nº 21, a Companhia apresentou prejuízo relevante no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como patrimônio líquido negativo, além de estar em fase inicial de operação e dependente da implementação de seu plano de negócios. Adicionalmente, a Companhia passou por significativa reorganização societária, incluindo a alienação de seu controle acionário, redução de capital para absorção de prejuízos acumulados e reestruturação de suas operações, com expectativa de realização de aquisições e/ou incorporações ao longo de 2026, visando à geração de fluxo de caixa e sustentação de suas atividades.

Nesse contexto, a avaliação da capacidade de continuidade operacional envolveu elevado grau de julgamento por parte da Administração, especialmente quanto à viabilidade do plano de negócios, à capacidade de geração de caixa futura e ao suporte financeiro do acionista controlador, o qual indicou possuir capacidade econômica para sustentar as operações no curto e médio prazo.

Consideramos este tema como um principal assunto de auditoria devido à sua relevância para as demonstrações financeiras e ao nível de julgamento envolvido na avaliação das premissas utilizadas pela Administração, incluindo aquelas relacionadas à reestruturação societária, projeções financeiras e dependência de suporte dos acionistas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do processo de análise da Administração quanto à continuidade operacional, incluindo as principais premissas utilizadas em suas projeções; (ii) realização de reuniões com a Administração e com o novo acionista controlador, com o objetivo de compreender o plano estratégico, as iniciativas de reorganização societária e o suporte financeiro previsto; (iii) leitura e análise de atas de reuniões de Conselho de Administração e Assembleias Gerais, bem como de contratos e documentos relacionados à alienação de controle, aumento e redução de capital e demais eventos societários relevantes; (iv) avaliação das movimentações societárias e financeiras ocorridas no período e após a data-base, incluindo aportes de capital e estrutura de financiamento; (v) análise da razoabilidade das projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração, considerando a consistência com o plano de negócios e as condições de mercado; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras quanto à continuidade operacional.

Com base nos procedimentos realizados, consideramos que as premissas utilizadas pela Administração são consistentes, dentro das circunstâncias, e que as divulgações apresentadas são adequadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfase

Investigações da Receita Federal e órgãos parceiros

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 1 e 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Receita Federal do Brasil e órgãos parceiros deflagraram, em 28 de agosto de 2025, a “Operação Carbono Oculto”. A referida operação tem como objetivo desmantelar um suposto esquema de fraudes e lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. As investigações envolveram empresas, executivos e fundos de investimento ligados ao Grupo Reag, antigos controladores da CIABRASF.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 21 – Eventos Subsequentes, em janeiro de 2026 foram divulgados desdobramentos relacionados às investigações, incluindo a deflagração da “Operação Compliance Zero”, bem como a decretação, pelo Banco Central do Brasil, da liquidação extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente denominada Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), antiga subsidiária indireta da Companhia.

Até a presente data, não há inquéritos instaurados contra as entidades vinculadas ao Grupo Reag, ou contra seus executivos, incluindo seus sócios fundadores e fundos de investimentos geridos e administrados, e a Companhia não é parte da referida investigação nem figura entre os alvos da operação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras da Companhia correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram em 27 de março de 2025, relatório de auditoria sem modificação de opinião.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas investidas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2026.

CLA - Clifton Larson Allen Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-048.811/O-0



Thiago Benazzi Arteiro
Contador CRC 1SP-273.332/O-9

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025			31/12/2024
	NE	Controladora	Consolidado	Controladora
ATIVO				
Caixa e equivalente de caixa	5	20	21	-
Ativos financeiros		-	-	29.082
Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado		-	-	29.082
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	29.082
Ativos fiscais	7	1	1	-
Participações em coligadas e controladas em conjunto	8	1	-	-
TOTAL DO ATIVO		22	22	29.082

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e de 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	31/12/2025		31/12/2024
		Controladora	Consolidado	Controladora
PASSIVO				
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	29.100
Passivos fiscais	9	109	109	-
Obrigações trabalhistas	10	75	75	-
Outros passivos	11	584	584	86
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	(746)	(746)	(104)
Capital social		1.899	1.899	94
Ações em tesouraria		(53)	(53)	-
Outros resultados abrangentes		(18)	(18)	(18)
Reserva de lucro		(2.574)	(2.574)	(180)
TOTAL DO PASSIVO		22	22	29.082

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Demonstrações Consolidadas do Resultado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	NE	31/12/2025		31/12/2024
		Controladora	Consolidado	Controladora
Resultado com instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	13	(1.494)	(1.494)	-
Resultado bruto da margem financeira antes das perdas ao valor recuperável		(1.494)	(1.494)	-
Outros resultados da operação		28.550	28.550	-
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	14	28.550	28.550	-
Despesas tributárias	15	(141)	(141)	-
Resultado líquido das operações		26.915	26.915	-
Outros resultados operacionais	16	(42.074)	(42.074)	(180)
Despesas de pessoal		(981)	(1.276)	-
Despesas administrativas		(14.483)	(14.483)	(180)
Outras receitas operacionais		1.550	1.845	-
Outras despesas operacionais		(28.160)	(28.160)	-
Resultado operacional		(15.159)	(15.159)	(180)
Perda por redução do valor recuperável de investimentos		(449.867)	(449.867)	-
Resultado antes dos tributos		(465.026)	(465.026)	(180)
Imposto de renda e contribuição social	17	(59)	(59)	-
Imposto de renda e contribuição social correntes		(59)	(59)	-
Prejuízo do exercício		(465.085)	(465.085)	(180)
Quantidade de ações		5.834.014	5.834.014	1.000
Prejuízo por ação		(79,7195)	(79,7195)	(180)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Demonstrações Consolidadas do Resultado Abrangente
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025		31/12/2024
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
Prejuízo do exercício	(465.085)	(465.085)	(180)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(465.085)</u>	<u>(465.085)</u>	<u>(180)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Ações em tesouraria	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1	-	-	-	1
Integralização de capital	93	-	-	-	93
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	(18)	-	(18)
Prejuízos acumulados do exercício	-	-	-	(180)	(180)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	94	-	(18)	(180)	(104)
Saldos em 01 de janeiro de 2025	94	-	(18)	(180)	(104)
Integralização de capital	464.496	-	-	-	464.496
Constituição de ações em tesouraria	-	(53)	-	-	(53)
Redução de capital	(462.691)	-	-	462.691	-
Prejuízos acumulados do exercício	-	-	-	(465.085)	(465.085)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.899	(53)	(18)	(2.574)	(746)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Demonstração Consolidada do Fluxo de Caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(465.085)	(465.085)	(180)
Ajustes para:			
Resultado de participações em controladas e coligadas	(28.550)	(28.550)	-
Perda por redução do valor recuperável de investimentos	449.867	449.867	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	59	59	-
Variação nas contas de ativos e passivos			
Ativos financeiros ao custo amortizado	29.082	29.082	-
Ativos fiscais	(1)	(1)	-
Passivos fiscais	50	50	-
Obrigações trabalhistas	75	75	-
Outros passivos	505	505	111
	(13.998)	(13.998)	(69)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(13.998)	(13.998)	(69)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	14.016	14.016	82
Resgate de fundos	2	2	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	14.018	14.018	82
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	20	20	13
Demonstração do saldo de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	-	-	-
No final do exercício	20	20	13
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa	20	20	13

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Insumos adquiridos de terceiros	(10.482)	(10.482)	(175)
Serviços de terceiros	(10.077)	(10.077)	(172)
Outras	(405)	(405)	(3)
Processamento de dados	(403)	(403)	-
Eventos corporativos	(2)	(2)	-
Outros	-	-	(3)
Valor adicionado Bruto	(10.482)	(10.482)	(175)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(10.482)	(10.482)	(175)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	(421.317)	(421.317)	-
Resultado de equivalência patrimonial	28.550	28.550	-
Perda por redução do valor recuperável de investimentos	(449.867)	(449.867)	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(431.799)	(431.799)	(175)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	(431.799)	(431.799)	(175)
Pessoal	831	1.126	-
Remuneração direta	831	831	-
Benefícios	-	295	-
Impostos, taxas e contribuições	350	350	5
Federais	350	350	-
Municipais	-	-	5
Remuneração de capitais de terceiros	32.105	31.810	-
Aluguéis	4.000	4.000	-
Outras	28.105	27.810	-
Remuneração de capitais próprios	(465.085)	(465.085)	(180)
Prejuízo do exercício	465.085	465.085	(180)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto Operacional

A Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A. (anteriormente denominada Reag Trust S.A.). (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto com sede em São Paulo, foi constituída em 24 de agosto de 2023.

A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indiretamente, (inclusive por meio de fundos de investimento), em pessoas jurídicas no país ou no exterior, que atuem em administração de carteiras de títulos e valores mobiliários, incluindo a prestação de serviços de administração fiduciária e/ou gestão de recursos, bem como proteção e defesa dos direitos e interesses dos investidores em operações financeiras, na qualidade de interveniente fiduciário, gestor, administrador de receitas, agente fiscalizador e demais funções que tenham por objeto o mesmo fim.

Em 23 de maio de 2024, a Arandu Investimentos S.A. (a época denominada GETNINJAS S.A. e posteriormente REAG Investimentos S.A.) adquiriu participação societária da (posteriormente denominada CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A.) pelo montante de R\$ 1 referente a aquisição de 1.000 (mil) ações.

Em 26 de junho de 2024, através da Assembleia Geral Extraordinária (AGE), foi aprovada a cisão parcial da Arandu Investimentos S.A., no montante de até R\$ 14.017 milhões, a ser efetivada posteriormente cumprimento de determinadas condições precedentes: o registro da Reag Trust S.A. (posteriormente denominada CIABRASF – Cia. Brasileira de Serviços Financeiros S.A.) como companhia aberta categoria A, e a respectiva listagem no Novo Mercado da B3, ocorrida em 12 de fevereiro de 2025.

Em decorrência do cumprimento destas condições precedentes da cisão parcial da Arandu Investimentos S.A., em assembleia geral extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2025, foi ratificada a incorporação pela Companhia do acervo cindido da Arandu Investimentos S.A. e decorrente aumento do capital social dos R\$ 94.229,14 (noventa e quatro mil, duzentos e vinte e nove reais e quatorze centavos) vigentes à época, para R\$ 14.109.917,61 (quatorze milhões de reais, cento e nove mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), representado por 508.557 (quinhentas e oito mil, quinhentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Ainda, em 28 de fevereiro de 2025, em reunião do Conselho de Administração da Companhia, sujeito à verificação de condição suspensiva, foi aprovado, o aumento do capital social da Companhia em até R\$ 692.750.798,40 (seiscentos e noventa e dois milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), com a possibilidade de homologação parcial caso ocorra a subscrição de, no mínimo, R\$ 450.415.988,50 (quatrocentos e cinquenta milhões, quatrocentos e quinze mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), mediante a emissão, para subscrição privada, de, no mínimo, 5.325.325 (cinco milhões, trezentas e vinte e cinco mil, trezentas e vinte e cinco) novas ações ordinárias (“Subscrição Mínima”) e, no máximo, 8.190.480 (oito milhões, cento e noventa mil, quatrocentas e oitenta) novas ações ordinárias (“Subscrição Máxima”), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Novas Ações”), a um preço por ação de R\$ 84,58 (oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), fixado com base no artigo 170, §1º, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações (“Aumento de Capital”), respaldado por laudo de avaliação.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

No contexto do Aumento de Capital, a REAG Capital Holding S.A. (CNPJ nº 10.452.416/0001-02) ("Investidor") assumiu o compromisso de subscrever Novas Ações correspondentes à Subscrição Mínima, a serem integralizadas mediante:

(a) capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital realizado pelo Investidor na Companhia em 17 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 29.100.000,00 (vinte e nove milhões e cem mil reais) ("AFAC"), conforme divulgado em Fato Relevante da Companhia datado de 18 de dezembro de 2024, nos termos do Instrumento Particular de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital celebrado entre a Companhia e o Investidor em 17 de dezembro de 2024 e do Acordo de Investimento e Outras Avenças celebrado entre a Companhia e o Investidor na presente data ("Acordo de Investimento"); e

(b) conferência de participações societárias detidas pelo Investidor na REAG Trust Administradora de Recursos Ltda. ("REAG Adm."), na REAG Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("REAG DTVM") e na REAG Trust Holding Financeira Ltda. ("REAG Holding Financeira" e, em conjunto com REAG Adm. e REAG DTVM, as "Participações Societárias" ou "Empresas"), avaliadas no valor total de R\$ 421.315.988,50 (quatrocentos e vinte e um milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), nos termos do Acordo de Investimento e do laudo de avaliação das Participações Acionárias elaborado de forma independente pela EY Assessoria Empresarial Ltda. ("EY" e "Laudo de Avaliação - Participações Societárias").

Para viabilizar a subscrição das Novas Ações pelo Investidor nos termos acima, o REAG Alpha Fundo de Investimento Financeiro em Ações, na qualidade de acionista controlador da Companhia, renunciou, em favor do Investidor, parte do seu direito de preferência para subscrição do Aumento de Capital em montante correspondente à Subscrição Mínima.

Outra parte do Aumento de Capital, se subscrita pelos demais acionistas em razão do exercício de direito de preferência, será integralizada em moeda corrente nacional, à vista.

Em 28 de abril de 2025, ocorreu a homologação parcial do Aumento de Capital aprovado em 28 de fevereiro de 2025, conforme apresentado na nota explicativa nº1, dentro do limite do capital autorizado, uma vez verificado o atingimento da subscrição mínima de ações estabelecida para o Aumento de Capital, em razão da verificação da subscrição e integralização de 5.325.457 (cinco milhões, trezentas e vinte e cinco mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Novas Ações"), ao preço de emissão de R\$ 84,58 (oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), perfazendo o montante de R\$ 450.427.153,06 (quatrocentos e cinquenta milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta e três reais e seis centavos).

As Novas Ações subscritas foram devidamente integralizadas:

a) pela REAG Capital Holding S.A. (CNPJ nº 10.452.416/0001-02) ("Investidor") mediante:

(a.1) capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC realizado pelo Investidor na Companhia em 17 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 29.100.000,00 (vinte e nove milhões e cem mil reais); e

(a.2) conferência de participações societárias detidas pelo Investidor, avaliadas no valor total de R\$ 421.315.988,50 (quatrocentos e vinte e um milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme laudo de avaliação aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 24 de março de 2025; e

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

b) pelos demais acionistas em moeda corrente nacional, à vista, no valor total de R\$ 11.164,56 (onze mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Em razão da homologação parcial do Aumento de Capital, o valor do capital social da Companhia passou de R\$ 14.109.917,61 (quatorze milhões, cento e nove mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), representado por 508.557 (quinhentas e oito mil, quinhentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 464.537.070,67 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setenta reais e sessenta e sete centavos), dividido em 5.834.014 (cinco milhões, oitocentas e trinta e quatro mil e quatorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esta operação foi formalizada na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de maio de 2025.

Ações em circulação ("Free Float")

Em razão de homologação parcial do Aumento de Capital, o percentual de ações em circulação ("Free Float") da Companhia passou a um patamar inferior ao mínimo de 20% (vinte por cento) exigido nos termos do artigo 10, inciso I, do Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Regulamento"), a administração da Companhia deverá tomar as medidas necessárias para reequilibrar seu Free Float ao mínimo exigido pelo Regulamento no prazo de 18 (dezoito) meses, contados de 12 de maio de 2025 (data da Reunião do Conselho de Administração que homologou o aumento de capital que resultou no desenquadramento do Free Float), conforme autorizado no Regulamento, sujeito, a condições de mercado e outras circunstâncias que possam impactar tais planos.

Em 5 de maio de 2025, foi constituída a CIABRASF Partners Ltda. inscrita no CNPJ sob o nº 60.612.105/0001-23, tendo como objeto social o investimento e a administração (gestão) de participações societárias em quotas ou ações de outras empresas, nacionais ou estrangeiras; e a administração e gestão de recursos de suas controladas. O capital social da empresa é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas sociais com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, integralmente subscritas pela sócia controladora CIABRASF – Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A.

Em 15 de maio de 2025, foi constituída a CIABRASF Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 60.772.259/0001-82, tendo como objeto social o investimento e a administração (gestão) de participações societárias em quotas ou ações de outras empresas, nacionais ou estrangeiras; e a administração e gestão de recursos de suas controladas. O capital social da sociedade é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) quotas sociais, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, distribuídas da seguinte forma:

- 999 quotas, equivalentes a 99% do capital social, no valor de R\$ 999,00, pertencem à Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A.;
- 1 quota, correspondente a 1% do capital social, no valor de R\$ 1,00, pertence à CIABRASF Partners Ltda.

demonstrações financeiras

Em 28 de agosto de 2025, a Receita Federal do Brasil, em conjunto com outros órgãos públicos, deflagrou a Operação Carbono Oculto, considerada uma das maiores ações de combate à sonegação fiscal e à lavagem de dinheiro no setor de combustíveis. A operação tem como objetivo dismantlar um suposto esquema de fraudes fiscais e de ocultação de recursos por meio de empresas do setor de combustíveis, instituições de pagamento ("fintechs") e fundos de investimento utilizados como estruturas de blindagem patrimonial.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A REAG Capital Holding S.A., acionista da Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A. ("Companhia"), não foi mencionada entre as entidades sob investigação no contexto da Operação Carbono Oculto. No entanto, alguns fundos de investimentos que foram administrados pela REAG até 2024 foram citados pelas autoridades no contexto da Operação Carbono Oculto.

Em decorrência da menção às entidades do Grupo Reag, bem como a fundos de investimentos geridos e administrados por ele no âmbito da Operação Carbono Oculto, as seguintes ações foram adotadas pela administração à época:

- Aprovou a contratação de consultoria especializada e escritórios de advocacia com comprovada experiência em casos similares no Brasil, para conduzir investigação interna independente sobre as alegações, além de mobilizar toda a sua estrutura de GRC para apoiar as entidades contratadas no levantamento de todas as informações necessárias à condução da investigação interna;
- Cooperou integralmente com as autoridades competentes, atendendo a todas as solicitações formais de órgãos competentes; e
- Apurou todas as denúncias de irregularidades, em conjunto com os escritórios de advocacia e consultoria especializada em regime de cooperação com as autoridades;

À vista dessas circunstâncias, a Administração à época deu início ao processo de mensuração do valor recuperável, em estrita observância às disposições do Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Conforme 35ª Alteração do Contrato Social da REAG Trust Administradora de Recursos Ltda., ocorrida em 18 de agosto de 2025, foi decidido alterar o nome da Sociedade de REAG Trust Administradora de Recursos Ltda. para CBSF Trust Administradora de Recursos Ltda. Conforme 8ª Alteração do Contrato Social da REAG Trust Holding Financeira Ltda., ocorrida em 20 de agosto de 2025, foi decidido alterar o nome da Sociedade de REAG Trust Holding Financeira Ltda. para CBSF Trust Holding Financeira Ltda.

Conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 06 de outubro de 2025, foi decidido alterar o nome da Companhia de REAG Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Posteriormente, em 03 de novembro de 2025, conforme Fato Relevante publicado pela Companhia, os acionistas controladores da Companhia Brasileira de Serviços Financeiros S.A., Reag Capital Holding S.A. ("RCH") e Reag Alpha Fundo de Investimento Financeiro em Ações – Classe Única, celebraram um Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a B100 Controle e Participações S.A. ("Compradora"), holding controladora do Grupo Planner, relativo à alienação do bloco de controle da Companhia ("Bloco de Controle"), composto por 5.655.015 (cinco milhões, seiscentas e cinquenta e cinco mil e quinze) ações ordinárias de sua emissão, representativas de aproximadamente 96,96% do seu capital social total ("Operação").

O preço acordado para a Operação foi composto por três componentes:

- (i) uma parcela fixa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), a ser paga na data de fechamento da Operação;
- (ii) 120 (cento e vinte) parcelas mensais, variáveis e contingentes, cada qual no montante equivalente a 15% (quinze por cento) da receita líquida ajustada da Companhia apurada no mês imediatamente anterior, sendo a primeira parcela apurada no primeiro mês subsequente à data de fechamento da Operação e a última no 10º aniversário da data de fechamento; e
- (iii) sujeito à ocorrência de um evento de liquidez no prazo de 60 (sessenta) meses a contar da data de assinatura do Contrato, uma parcela adicional, independente, variável e contingente, equivalente a 20% (vinte por cento) do preço do evento de liquidez.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Em decorrência da operação, a Compradora realizará, nos prazos e condições previstos na legislação aplicável e no Estatuto Social da Companhia, inclusive, mas sem se limitar, no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 45 da Resolução CVM nº 215/2024 ("RCVM 215") e no Regulamento do Novo Mercado da B3, a Oferta Pública de Aquisição de Ações por Alienação de Controle ("OPA"), ou eventual procedimento diferenciado equivalente, conforme eventualmente autorizado pela CVM nos termos do artigo 70 da RCVM 215.

Ainda no contexto da Operação, em 26 de dezembro de 2025, para cumprimento de condições precedentes da Operação, em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), foram aprovadas as seguintes matérias:

- (i) **Redução do Capital Social (Absorção de Prejuízos):** a redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 462.691.186,22 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos), exclusivamente para absorção de prejuízos acumulados, conforme balanço patrimonial não auditado levantado em 31 de outubro de 2025 e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. ("Redução de Capital").

A Redução de Capital foi realizada nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., **sem cancelamento de ações e sem restituição de valores aos acionistas**. Dessa forma, a Redução de Capital produz efeitos imediatos, não sendo aplicável o prazo para oposição de credores previsto no artigo 174 da Lei das S.A.

Em decorrência da Redução do Capital, o capital social da Companhia passa **dos atuais** R\$ 464.537.070,67 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setenta reais e sessenta e sete centavos) **para** R\$ 1.845.884,45 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), permanecendo dividido em 5.834.014 (cinco milhões, oitocentas e trinta e quatro mil e quatorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

- (ii) **Alienação da CBSF Participações:** a ratificação da celebração do Instrumento Particular de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, pelo qual a Companhia alienou à RCHolding S.A., integrante do bloco de controle da Companhia, a totalidade das quotas representativas do capital social da CBSF Participações Ltda.

Dessa forma, considerando que as condições precedentes previstas no Contrato foram devidamente cumpridas, o fechamento da Operação foi realizado na mesma data.

Tais deliberações constituem o cumprimento de condições precedentes previstas no âmbito da Operação, a alienação do bloco de controle da Companhia para a B100 Controle e Participações S.A. ("B100"), conforme fatos relevantes divulgados em 10 de setembro de 2025 e 03 de novembro de 2025.

Ainda no contexto da aquisição, visando à reestruturação da administração, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE"), realizada em 06 de fevereiro de 2026, que deliberou sobre a eleição da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

As atividades operacionais da Companhia são conduzidas com um propósito estratégico fundamental para seus controladores, que reconhecem a importância de manter a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

Cabe ressaltar, que o controlador possui e capacidade financeira para sustentar as atividades e o fluxo de caixa da Companhia, neste momento de reestruturação, sem comprometer seus indicadores financeiros e balanço. Sua posição econômica sólida proporciona segurança nesse contexto, destacando que não há qualquer tipo de risco operacional ou de continuidade.

Em decorrência da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal (PF), o Banco Central do Brasil ("BC") decretou, em 15 de janeiro de 2026, a liquidação extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("CBSF DTVM"), conforme o Ato do Presidente nº 1.375 ("Decreto de Liquidação"). Com a publicação do Decreto de Liquidação, o BC determinou a indisponibilidade dos bens dos atuais controladores e daqueles que exerceram o controle da instituição liquidada nos últimos 12 meses. Dessa forma, a medida alcançou também a Companhia, na condição de ex-controladora da CBSF DTVM.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 31 de março de 2026.

2. Apresentação das Demonstrações Intermediárias Consolidadas e Condensadas

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS".

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo, entre outros.

A Administração avalia a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia não possui contratos de dívidas com terceiros e não existem outros compromissos financeiros conforme apresentado nas demonstrações financeiras. A administração está acompanhando o prejuízo, ocasionado pela Companhia: (i) estar em fase inicial-operacional e (ii) incorrer em despesas gerais e administrativas para custeio de suas atividades iniciais. Apesar do prejuízo indicar a existência de uma incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia, a administração avaliou e concluiu, que a Companhia possui capacidade de continuar operando nos próximos 12 meses.

A acionista majoritária Reag Investimentos S.A. ratifica e corrobora o Plano de Negócios da Companhia, aportando recursos nos montantes que sejam necessários para garantir a continuidade operacional da Companhia no futuro previsível, ou em período não inferior a 12 meses.

2.2 Consolidação

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Os saldos e os ganhos não realizados decorrentes de transações entre entidades do grupo são eliminados nas demonstrações consolidadas. Da mesma forma, os prejuízos não realizados são eliminados, exceto quando a transação fornece evidências de perda por desvalorização (*impairment*) do ativo transferido. As operações em conjunto são reconhecidas nas demonstrações financeiras de forma a refletir os direitos e obrigações contratuais da Companhia, sendo os ativos, passivos, receitas e despesas correspondentes à participação nessas operações registrados proporcionalmente.

A sociedade controlada incluída na consolidação e o percentual de participação do controlador é a seguinte:

	Participação total %	
	31/12/2025	31/12/2024
Controladas diretas:		
CBSF Partners Ltda.	100,00	-

3. Resumo das Políticas Contábeis Materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa, ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado.

Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculado com base na taxa de juros até a data do balanço.

(b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração de Ativos e Passivos Financeiros

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes ("VJORA"); e valor justo por meio de resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros a custo amortizado – Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por disponíveis (nota explicativa nº 6), aplicações financeiras de liquidez (nota explicativa nº 7) e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 8), classificados a valor justo por meio do resultado.

(c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao valor justo por meio do resultado de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(d) Cotas de fundos de investimento

Os investimentos em cotas de fundos de investimento são registrados pelo custo de aquisição e atualizados pelo valor da cota divulgada pelos Administradores dos fundos investidos.

No exercício de 2024, o resultado referente às cotas de fundos de investimento foi apresentado na demonstração do resultado abrangente, como ajuste de avaliação patrimonial. Contudo, a partir de janeiro de 2025, esse resultado passou a ser reconhecido diretamente na demonstração do resultado do exercício.

(e) Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Na data-base de divulgação das demonstrações financeiras, a Companhia mantinha como procedimento a avaliação da existência de evidências objetivas que indicassem possível redução no valor recuperável dos ativos não financeiros. Esse processo de mensuração pode envolver julgamentos baseados em critérios subjetivos, tais como análise de obsolescência técnica e operacional, bem como a expectativa de substituição do ativo por outro capaz de gerar benefícios econômicos futuros superiores.

Os valores atribuídos aos ativos não financeiros são submetidos a revisões periódicas, com frequência mínima anual, visando identificar indícios de perda no valor recuperável.

(f) Outros passivos (circulantes e não circulantes)

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

(g) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência, ou seja, são registradas no período em que ocorrem, independentemente do recebimento ou pagamento.

(h) Capital Social

É constituído por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(i) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Adicionalmente as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado outra forma.

(j) Estimativa de valor justo

A Companhia classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos conforme segue:

- Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 – informações, além dos preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- Nível 3 – informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis).

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os ativos ou passivos remanescentes.
- o valor justo de contratos futuros de taxas de inflação (como arrendamentos) com base nas taxas de inflações futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Nível 3

A tabela a seguir apresenta as movimentações dos ativos de Nível 3 para o período findo:

	Títulos para negociação ao valor justo por meio do resultado abrangente		
	31/12/2025 Controladora	31/12/2025 Consolidado	31/12/2024 Controladora
Saldo Inicial	29.082	29.082	-
Aquisição de títulos	1.512	1.512	29.100
Cessão de cotas	(29.100)	(29.100)	-
Resultado financeiro do exercício	(1.494)	(1.494)	(18)
Total do ativo em 31 de dezembro de 2025	-	-	29.082

4. Gestão de risco operacional

As atividades de gestão de risco operacional são conduzidas pela administração da Companhia. Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

a) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, que podem afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As aplicações financeiras substancialmente estão concentradas em fundos de investimentos que possuem em sua carteira ativos de renda variável.

b) Risco de crédito

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus devedores, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco, já na fase de aquisição dos recebíveis, todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

c) Risco de liquidez

Considerado pela eventual incapacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Risco operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabelece rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Contas correntes	20	21	-
	20	21	-

6. Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
TREECORP VTX FIP MULTIESTRATEGIA	-	-	14.541
FMI FIP MULTIESTRATEGIA	-	-	14.541
	-	-	29.082

	31/12/2024	
	Valor por cotas	Quantidade de cotas
TREECORP VTX FIP MULTIESTRATEGIA	999,417	14.550
FMI FIP MULTIESTRATEGIA	999,379	14.550

7. Ativos Fiscais

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Outros impostos recolhidos a maior	1	1	-
	1	1	-

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Participações em coligadas e controladas em conjunto

	31/12/2025
Saldo em 31/12/2024	-
Valor equivalência patrimonial	37.496
Ágio expectativa rentabilidade futura (1)	412.837
Redução do valor recuperável de investimentos (2)	(441.916)
Cessão das participações (3)	(8.416)
Total	1

- (1) As participações societárias na Holding Financeira e na REAG ADM foram avaliadas nos termos do Acordo de Investimento e do laudo de avaliação das Participações Acionárias elaborado de forma independente pela EY Assessoria Empresarial Ltda. utilizando a metodologia de *Dividend Discount Model* (DDM);
- (2) Redução do valor recuperável utilizou as diretrizes estabelecidas pelo IAS 36 (CPC 01 – Redução do Valor Recuperável);
- (3) Participações alienadas para a CBSF Participações LTDA.

9. Passivos Fiscais

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
COFINS	33	33	-
PIS	5	5	-
Impostos retidos	71	71	-
	109	109	-

10. Obrigações Trabalhistas

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Salários	57	57	-
Impostos e contribuições	18	18	-
	75	75	-

11. Outros Passivos

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Fornecedores a pagar	584	584	-
Valores a pagar partes relacionadas	-	-	86
	584	584	86

12. Patrimônio Líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 1.846, representados por 5.834.014 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

- Em 26 de fevereiro de 2025, foi integralizado o aumento de capital no valor de R\$ 14.015 após a implementação da Cisão Parcial da Reag Investimentos S.A.
- Em 28 de abril de 2025, ocorreu a homologação parcial do Aumento de Capital aprovado em 28 de fevereiro de 2025, conforme apresentado na nota explicativa nº1, dentro do limite do capital autorizado, uma vez verificado o atingimento da subscrição mínima de ações estabelecida para o Aumento de Capital, em razão da verificação da subscrição e integralização de 5.325.457 (cinco milhões, trezentas e vinte e cinco mil, quatrocentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Novas Ações”), ao preço de emissão de R\$ 84,58 (oitenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos), perfazendo o montante de R\$ 450.427.153,06 (quatrocentos e cinquenta milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta e três reais e seis centavos).

As Novas Ações subscritas foram devidamente integralizadas:

a) pela REAG Capital Holding S.A. (CNPJ nº 10.452.416/0001-02) (“Investidor”) mediante:

(a.1) capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC realizado pelo Investidor na Companhia em 17 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 29.100.000,00 (vinte e nove milhões e cem mil reais); e

(a.2) conferência de participações societárias detidas pelo Investidor, avaliadas no valor total de R\$ 421.315.988,50 (quatrocentos e vinte e um milhões, trezentos e quinze mil, novecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos), conforme laudo de avaliação aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada no dia 24 de março de 2025; e

b) pelos demais acionistas em moeda corrente nacional, à vista, no valor total de R\$ 11.164,56 (onze mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos).

Em razão da homologação parcial do Aumento de Capital, o valor do capital social da Companhia passou de R\$ 14.109.917,61 (quatorze milhões, cento e nove mil, novecentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), representado por 508.557 (quinhentas e oito mil, quinhentas e cinquenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 464.537.070,67 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setenta reais e sessenta e sete centavos), dividido em 5.834.014 (cinco milhões, oitocentas e trinta e quatro mil e quatorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Esta operação foi formalizada na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 12 de maio de 2025.

Em 26 de dezembro de 2025, conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (“AGE”), foi aprovada a redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 462.691.186,22 (quatrocentos e sessenta e dois milhões, seiscentos e noventa e um mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos), exclusivamente para absorção de prejuízos acumulados, conforme balanço patrimonial não auditado levantado em 31 de outubro de 2025 e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 04 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 173 da Lei das S.A. (“Redução de Capital”). A Redução de Capital foi realizada nos termos do artigo 173 da Lei das S.A., sem cancelamento de ações e sem restituição de valores aos acionistas. Dessa forma, a Redução de Capital produz efeitos imediatos, não sendo aplicável o

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

prazo para oposição de credores previsto no artigo 174 da Lei das S.A. Em decorrência da Redução do Capital, o capital social da Companhia passa dos atuais R\$ 464.537.070,67 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, setenta reais e sessenta e sete centavos) para R\$ 1.845.884,45 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), permanecendo dividido em 5.834.014 (cinco milhões, oitocentas e trinta e quatro mil e quatorze) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Abaixo demonstramos as ações nominativas e sem valor nominal:

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Ordinárias	5.834.014	5.834.014	94.000
Em tesouraria	1.918	1.918	-
	5.835.932	5.835.932	94.000

b) Reserva legal

A Reserva Legal é constituída a partir do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Reservas de lucros

Conforme estatuto social, o saldo remanescente após a constituição da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios ficará à disposição da Assembleia que decidirá sua destinação, podendo, inclusive, mantê-lo em uma das contas de reserva prevista nos artigos 194 a 197 da Lei 6.404/76.

d) Distribuição de dividendos

Conforme estatuto social, ao final de cada exercício serão levantados o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, prevista no artigo 176 da Lei 6.404/76, sendo que, dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro, e o saldo remanescente após a destinação das reservas, terá a destinação de 5% do lucro líquido, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, aos acionistas a títulos de dividendos obrigatórios.

13. Resultado com Instrumentos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Fundos de investimentos	(1.494)	(1.494)	-
	(1.494)	(1.494)	-

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Outros Resultados da Operação

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Receitas de prestação de serviços			
Resultado de participações em coligadas e controladas em conjunto	28.550	28.550	-
	28.550	28.550	-

15. Despesas Tributárias

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
COFINS	(121)	(121)	-
PIS	(20)	(20)	-
	(141)	(141)	-

16. Outros Resultados Operacionais

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Despesas de pessoal			
Benefícios e treinamentos	-	(295)	-
Encargos sociais	(150)	(150)	-
Proventos	(831)	(831)	-
	(981)	(1.276)	-

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Despesas administrativas			
Aluguel e condomínio	(4.000)	(4.000)	-
Despesa de licença de uso de software	(403)	(403)	-
Serviços de auditoria, consultoria e contabilidade	(5.999)	(5.999)	-
Eventos corporativos	(1)	(1)	-
Multas	(3.659)	(3.659)	-
Outras despesas	(420)	(420)	(180)
	(14.482)	(14.482)	(180)

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Outras receitas e despesas operacionais			
Outras receitas operacionais	1.550	1.845	-
Outras despesas operacionais	(28.160)	(28.160)	-
	(26.610)	(26.315)	-

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Metodologia de apuração

A CBSF apura o IRPJ e a CSLL pelo regime Lucro Real Anual, com recolhimentos realizados por estimativa mensal, conforme artigos 2º, 25 e 27 da Lei nº 9.430/1996, bem como os dispositivos correlatos da legislação contábil vigente. A base de cálculo é composta pelo lucro contábil ajustado por adições, exclusões e compensações previstas nas normas fiscais, considerando ainda os efeitos de equivalência patrimonial e diferenças temporárias.

b) Resultados tributários do 4º trimestre de 2025

Durante o período, foram demonstradas as seguintes movimentações para fins de apuração do Lucro Real:

- Receitas operacionais e não operacionais;
- Despesas dedutíveis e não dedutíveis;
- Ausência de adições e exclusões temporárias no trimestre;
- Exclusões decorrentes de equivalência patrimonial nos fundos MEP;
- Determinação do Lucro Real consolidado para fins de estimativa.

Conforme balancetes gerenciais, os ajustes extracontábeis aplicáveis no trimestre foram devidamente considerados para fins de apuração das bases tributáveis.

c) Imposto corrente e diferido

Com base na apuração em dezembro de 2025, foi registrada a constituição de ativo fiscal diferido, em decorrência de diferenças temporárias originadas no período.

	31/12/2025		31/12/2024
	Controladora	Consolidado	Controladora
Resultado antes da tributação	(465.059)	(459.061)	(90)
Encargos/crédito total do imposto de renda e contribuição social (1)	(59)	(59)	-
	(59)	(59)	-

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, (ii) a contribuição social sobre o lucro é aplicada a alíquota de 9% para as companhias Ciabrasf S.A e Reag Trust Administradora de Recursos Ltda, para a Reag Trust Distribuidora de Valores Mobiliários é aplicada a alíquota de 15%.

18. Provisões e Passivos Contingentes

A Companhia é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível decorrentes do exercício regular de suas atividades. São constituídas provisões para os processos cíveis e trabalhistas classificados como de perda possível, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais.

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas.

Processos cíveis

São processos de natureza cível, que contemplam pedidos de indenização a revisão de condições de contratação ou questionamentos a tarifas cobradas nos produtos oferecidos.

Composição das provisões:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)
Provisões com prognósticos possíveis	30	528
	30	528

- (a) Refere-se a: (i) ação declaratória de inexigibilidade de débito, em razão de dívida inscrita no PEFIN-Serasa já alegada como paga; (ii) medida cautelar de protesto contra alienação de bens ajuizada pela parte contrária, a qual aduz ter firmado de contrato de serviços de consultoria, para a prestação de serviços de consultoria de negócios, no entanto, não realizaram os pagamentos de parcelas vencidas;
- (b) Refere-se a incidente de desconsideração da personalidade jurídica em face da ré.

19. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía transações em partes relacionadas.

20. Remuneração aos Investidores

A Política de Remuneração dos Administradores foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de novembro de 2024, que estabelece os princípios e critérios para a remuneração dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento, da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando instalado, da Companhia ("Política de Remuneração"). Referida remuneração estabeleceu um total de até R\$ 10.000.000,00, para o exercício de 2025.

21. Eventos Subsequentes

a) Conclusão da operação com o Grupo Planner

Conforme Fato Relevante publicado em 05 de janeiro de 2026, em complemento aos Fatos Relevantes divulgados em 10 de setembro de 2025 e 03 de novembro de 2025, ocorreu o fechamento da operação objeto do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato"), celebrado em 03 de novembro de 2025, entre RCHolding S.A. e Reag Alpha Fundo de Investimento Financeiro em Ações – Classe Única ("Vendedores"), e a B100 Controle e Participações S.A., holding controladora do Grupo Planner ("Compradora"). Referido fechamento ocorreu em razão da verificação e do cumprimento das condições suspensivas previstas no Contrato, dentre as quais a redução do capital social da Companhia e alienação da CBSF Participações Ltda. (detentora das participações societárias da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, mencionada no item c., abaixo). Com o Fechamento, a Compradora passou a deter 5.655.015 (cinco milhões, seiscentas e cinquenta e cinco mil e quinze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, representativas de aproximadamente 96,93% do capital social total e votante da Companhia.

Assim, a Companhia passa a integrar o Grupo Planner, grupo empresarial com 30 anos em serviços no Mercado Financeiro e de Capitais

COMPANHIA BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Em decorrência da operação, a B100 Controle e Participações S.A. realizará, nos prazos e condições previstos na legislação aplicável e no Estatuto Social da Companhia, inclusive, mas sem se limitar, no artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 45 da Resolução CVM nº 215/2024 ("RCVM 215") e no Regulamento do Novo Mercado da B3, a Oferta Pública de Aquisição de Ações por Alienação de Controle ("OPA"), ou eventual procedimento diferenciado equivalente, conforme eventualmente autorizado pela CVM nos termos do artigo 70 da RCVM 215.

b) Alterações na administração

Em 05 de janeiro de 2026, O Sr. Silvano Gersztel apresentou sua renúncia aos cargos de Diretor Presidente e Financeiro, com efeitos imediatos. Em razão da renúncia do Sr. Silvano, foram eleitos, em reunião do Conselho de Administração realizada na mesma data, os Srs. Carlos Arnaldo Borges de Souza para o cargo de Diretor Presidente e Thiago Souza Gramari para o cargo de Diretor Financeiro, todos com mandato unificado até a data da primeira reunião do Conselho de Administração da Companhia a ser realizada após a data da assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2026.

Ainda, na mesma data foi convocada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia ("AGE") para deliberar sobre a eleição da totalidade dos membros do Conselho de Administração, devido à renúncia dos membros do Conselho de Administração Srs. Silvano Gersztel, Fernando Antônio Albino de Oliveira e Leonardo Soares Grapeia.

Assim, na assembleia geral realizada em 06 de fevereiro de 2026, foram eleitos os Srs. Silvio Alexandre Rocha da Silva (Presidente), Carlos Arnaldo Borges de Souza (Vice-Presidente) Álvaro Affonso Mendonça (Membro independente), Jose Francisco Cunha Ferraz Filho (Membro independente) e • José Oswaldo Morales Junior (Membro), todos com mandato unificado de 2 (dois) anos.

c) Liquidação extrajudicial da antiga subsidiária

Conforme Fato Relevante publicado em 15 de janeiro de 2026, a Companhia, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral a respeito do decreto pelo Banco Central do Brasil ("BC") da liquidação extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente denominada Reag Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ("CBSF DTVM"), por meio do Ato do Presidente nº 1.375 ("Decreto de Liquidação"). Em decorrência do Decreto de Liquidação, o BC determinou a indisponibilidade de bens dos atuais controladores e daqueles que, nos últimos 12 meses, detiveram o controle da instituição liquidada. Por essa razão, a medida atingiu a Companhia na qualidade de ex-controladora da CBSF DTVM.

d) Esclarecimento sobre a distinção dos grupos econômicos

Deste modo, conforme divulgado em Fatos Relevantes divulgados nos dias 26 de dezembro de 2025, e 05 de janeiro de 2026, o controle da Companhia foi alienado para o Grupo Planner após a realização de uma reorganização societária que transferiu toda a participação detida indiretamente pela Companhia na CBSF DTVM à RCHolding S.A., sociedade integrante do Grupo Reag. Dessa forma, não há, atualmente, qualquer vínculo societário, administrativo ou operacional entre a Companhia e o Grupo Reag. Essa separação foi consolidada antes da decretação da liquidação e foi amplamente divulgada ao mercado, conforme comunicado ao mercado nos Fatos Relevantes divulgados em 10 de setembro de 2025, 03 de novembro de 2025, 04 de dezembro de 2025, 26 de dezembro de 2025 e 5 de janeiro de 2026.

SILVANO GERSZTEL
DIRETOR

CESAR NAKASHIMA
CONTADOR
CRC: 1SP148337/O-4

* * *

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE
SERVIÇOS FINANCEIROS

Os membros do Comitê de Auditoria da Companhia Brasileira de Serviços Financeiros, nova denominação de CIABRAS - CIA. BRASILEIRA DE SERVIÇOS FINANCEIROS S.A. (“Companhia”), instalado em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de março de 2026, abaixo assinados, no âmbito de suas atribuições e responsabilidades previstas no seu regimento interno, disponível no site da Companhia em Relações com Investidores, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração e do Relatório dos Auditores Independentes (“DFs”).

Com base nos exames efetuados, nos esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes, concluíram que as DFs, em todos os seus aspectos relevantes, representam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia.

Desta forma, os membros do Comitê de Auditoria recomendam a aprovação das DFs e opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada em 30 de abril de 2026.

São Paulo, 31 de março de 2026.

lêda Aparecida Patricio Novais

Álvaro Affonso Mendonça

Marcelo Lico da Costa